

## DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ADOÇÃO

*Challenges and possibilities the adoption*

*Vicente de Paula Faleiros<sup>1</sup>*

*Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza Moraes<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Este artigo trata do processo da vinculação adotiva, abordado na dissertação de mestrado, intitulada como: “Ressignificando o Processo de Adoção: Encontros e Desencontros”. O pressuposto da abordagem é de que a construção de vínculos entre adotantes e adotado é, ao mesmo tempo, afetiva, social e jurídica, implicando conflitos familiares, interpessoais e com a Justiça que podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao processo de adoção. A metodologia é qualitativa González-Rey (2005), com entrevistas semiestruturadas com quatro famílias adotivas e desenhos dos seus respectivos filhos. Na análise dos dados foram identificadas quatro zonas de sentido: desvelação da família de origem da criança adotada; a desconstrução do imaginário da criança ideal para construção de criança real; a preparação e a orientação da(s) criança(s) e do(s) requerente(s) para adoção e a importância do apoio familiar durante o processo da vinculação da filiação adotiva. O processo da desvelação dialógica, de desconstrução da criança ideal, de preparo para a adoção e a comunicação familiar e social, se combinados, asseguram o vínculo adotivo e sua inexistência vem a desfazê-lo, levando à devolução da criança.

**Palavras-chave:** Adoção. Devolução. Família. Vinculação Adotiva.

### **Abstract**

*This article depicts the process of adoptive linkage, approached on the master's dissertation, entitled: “Resignifying the Process of Adoption: Matches and Mismatches”. The assumption of the approach is that the construction of bonds between adopters and adopted is, simultaneously, affectional, social and judicial, implying familial, interpersonal conflicts and with the Justice which can be favorable or unfavorable to the adoption process. The methodology is of qualitative Gonzalez-Rey (2005), character, with semi-structured interviews with four adopting families and portraits of their respective children. In the data analysis, four sense zones were identified: enlightenment from the adopted child's original family; the deconstruction of the imaginary of the ideal child to the construction of the real child; the preparation and orientation of the child/children and the applicant(s) to adoption and the importance of familial support during the process of linkage of adoptive filiation. The process of dialog enlightenment, of the deconstruction of the ideal child, of preparation to the adoption and the familial and social communication, if combined, ensure the adoptive bond and its inexistence gets to undo it, leading to returning the child.*

**Keywords:** Adoption. Return. Family. Adoptive Linkage.

---

<sup>1</sup> Assistente social, PhD em Sociologia, pós doutor na École des Hautes Études en Sciences Sociales-Paris, professor emérito da UnB, docente da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, pesquisador nível I-A do CNPq. Telefone: 61 3405550. E-mail: [vicentefaleiros@terra.com.br](mailto:vicentefaleiros@terra.com.br).

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília. Doutoranda em Psicologia. Tel.: 61 34353442. E-mail: [jakeliny@hotmail.com](mailto:jakeliny@hotmail.com).

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo trata da relação adotiva em sua complexidade e dinâmica e tem por objetivo compreender tanto a construção das relações entre adotantes e adotados como sua desconstrução, ou seja, o processo de vinculação e também de desvinculação. Das quatro famílias participantes do estudo, duas mantiveram a adoção e duas fizeram a devolução das crianças. A questão orientadora do estudo é: quais as relações e condições que favorecem e fortalecem ou fragilizam essa vinculação a ponto de rompê-la. O enfoque do estudo é psicossocial e multidimensional, sem a busca de uma visão reducionista a fatores determinados, mas com enfoque em dimensões relacionais e conflituosas em que constitui a família. Para Faleiros e Brito (2008), esta desenvolve num determinado contexto histórico e para Saraceno e Naldini (2003) num processo conflituoso de equilíbrio instável sujeito a relações de violência.

Num primeiro momento discute-se a relação de vínculo, para em seguida considerar sua construção e desconstrução com a rede das relações afetivas, sociais, familiares e jurídicas. Os vínculos afetivos implicam a relação de reconhecimento recíproco cognitivo e emotivo, como o querer-se bem, o vínculo familiar estabelece laços de parentesco, como nome e sobrenome e lugares de filiação, avosidade, sobrinho, primo, e um sistema de proteção e socialização, como valores (HAMAD, 2010; SCHETTINI, 2009). Os vínculos sociais trazem uma referência coletiva para a família adotante e o adotado e o vínculo jurídico a formalidade da lei e da institucionalidade da adoção (LADVOCAT, 2002; MAUX e DUTRA, 2010).

### **Vinculação adotiva**

Falar de vínculo afetivo é falar de um tipo particular de relação com outrem. De uma dinâmica em contínuo movimento que funciona acionada ou movida por emoções, sentimentos e motivações psicológicas, envolvendo o desejante e o desejado e o reconhecimento do querer-se. Podemos definir o vínculo como uma relação particular com o objeto desejado.

Segundo Pichon-Rivière (1986) esta relação particular tem como consequência uma conduta mais ou menos fixa com este objeto. De acordo com esse autor temos dois campos psicológicos no vínculo: um interno e outro externo que influenciam a vinculação de um indivíduo com outro. O processo de adoção é visto como uma

vinculação/revinculação que implica uma relação particular tanto do mundo interno como o externo, este um processo de comunicação e aprendizagem.

O vínculo entre duas pessoas se estabelece sempre em função de outros vínculos condicionados historicamente nas relações do sujeito e que, “acumulados” nele, constituem o que denominamos o inconsciente. O inconsciente, portanto, é constituído segundo a perspectiva de Pichon-Rivière (1986) por uma série de pautas ou regras de conduta acumuladas em relações com vínculos e papéis que o sujeito incorpora. Para esse autor, deve-se levar em conta a ação do meio sobre o indivíduo, bem como a ação do indivíduo sobre o meio. Em uma vinculação adotiva não é possível descartar a herança genética, todavia, é preciso ter claro que não é isso que determina a qualidade do vínculo, mas a forma como a origem da criança será apresentada durante a convivência com sua nova família, a comunicação, os laços construídos e institucionalização jurídica.

Assim, podemos dizer que uma pessoa reage de um modo particular frente a um acontecimento à medida que esse objeto tem um significado particular para ela. Esse significado está relacionado com a história particular desse sujeito no seu contexto social. Nesse contexto é imprescindível considerar tanto o desejo particular do adotado, segundo sua compreensão, como do adotante, a partir de um estudo prévio dos motivos e condições que incitaram a concretização do ato em si, levando em consideração a representação particular e individual dos envolvidos nesse processo de vinculação (WEBER, 2003; GHIRARDI, 2008).

Em se tratando de adoção é imprescindível considerar as histórias pessoais das crianças e adolescentes adotáveis sócio singulares, que entrecruzam a subjetividade, a intersubjetividade e as condições sociais (FONSECA, 2010). A vinculação envolve, por sua vez, processos dolorosos de separação que precisam ser desvelados com cuidado, no convívio diário com a família adotiva, daí a importância em considerar a gama de relações internas e externas que a criança traz consigo nesse processo de pertencimento. Não considerar todo esse processo significa pôr em risco a transposição do vínculo da família de origem para a família adotiva (SCHETTINI, AMAZONAS e DIAS, 2006, FONSECA, 2006).

Compreender a criança que se encontra no processo de adoção como um todo, interagir com seus processos internos, é de suma importância, visto que, a mesma traz consigo uma história de vida anterior quando é inserida em uma nova rede de

relacionamentos, independente de qualquer idade em que seja incluída em uma nova família (GUEIROS, 2007).

De acordo com Vicente (2000) toda criança ao nascer está inserida em um determinado território social e geográfico, que revela sua forma de pertencer ao mundo, implicando na construção de sua identidade. Para a criança adotiva a narrativa de sua história de vida atua como um elemento importante de mediação entre seu universo exterior e seu universo interior, o mundo e o eu. Considerar todos os vínculos instituídos durante sua infância e adolescência, sejam eles, familiar ou institucional é uma tentativa de resgatar a história individual da criança, processo esse que tende a facilitar a construção dessa nova filiação

Por sua vez a criança que viveu em acolhimento institucional e, portanto, foi afastada de sua convivência familiar e comunitária, sofreu, mais ainda, uma ruptura no processo de construção de sua história de vida, e também uma ruptura nos vínculos afetivos, pois foi afastada de suas raízes culturais e afetivas. Ao ser adotada a criança precisará de um diálogo, ao longo do tempo, para assimilar tanto valores e modelos culturais particulares como expressões de afeto e inserção em uma dinâmica relacional específica de cada família. Os padrões de relacionamento propostos por Minuchin (1982) levam em conta, ao mesmo tempo a ultrapassagem de fronteiras rígidas para o estabelecimento de fronteiras nítidas que visem novos padrões relacionais entre as gerações.

Levinzon (2004) e Hamad (2010) assinalam que apenas o desejo de ajudar uma criança não deve ser tomado como razão suficiente para adoção. O vínculo parental não se estabelece apenas em função de “*desejos altruístas*” ou no desejo de “*salvação*” da criança. As experiências de adoções que dão certo nos apontam que é necessário que os requerentes em adoção tenham claro que ***desejam um filho***, e que não estão apenas ***fazendo o bem***, pois a filiação inclui vivências e emoções das mais diversas, por longos períodos de tempo, às vezes pela vida inteira. As famílias devem estar preparadas para os desafios diários.

Outra dimensão crítica do processo de adoção, salientada na literatura, é a relação entre segredo e revelação da situação de adotado. Torna-se crítica em razão do reforço ou da fragilização dos vínculos parentais e filiais, envolvendo dúvidas sobre a sua própria origem como emoções de revolta. O processo de adoção é visto como uma vinculação/ revinculação que implica uma relação particular do mundo interno como do

externo, que implica um processo de comunicação e aprendizagem (PICHÓN-RIVIÈRE, 1986).

É preciso ter claro que todo processo de adoção baseia-se de alguma forma em uma relação de perda, abandono ou rejeição. Há uma ruptura na experiência biopsicossocial da criança, que é inegável, e que deixa marcas que influenciam sua autoimagem e sua capacidade de se vincular a outrem. A perda pode ser acompanhada de um processo de luto relativo aos seus genitores, mas que precisa ser elaborado antes de sua inserção em outra família (HAMAD, 2010).

Ao mesmo tempo é preciso considerar que o desejo de se ter um filho tem relação com o imaginário social e familiar e com a figuração da paternidade/maternidade. Para Levinzon (2004) esse desejo surge quando a criança imaginada está à frente da empreitada familiar.

Para se estabelecer o vínculo legal é necessário o devido processo jurídico. Winnicott (1999) afirma que a demora no processo pode ser séria e destruir um bom trabalho, de modo que quando os pais recebem a criança, muita coisa já aconteceu na vida dela. A demora e os adiamentos, quando os pais já estão prontos, podem fazer com que estes percam a disposição especial no momento certo para os cuidados com a criança.

Levando em conta a presença e a articulação dessa multiplicidade de vínculos, faz-se imprescindível a preparação da criança e da família, pois ambas as partes se encontram envolvidas emocionalmente em demasiado para ponderar sobre os desafios inerentes ao processo da filiação adotiva. A falta de preparo pode se transformar em uma armadilha nos momentos de conflito e desestabilizar o que já foi construído ao longo do convívio familiar acarretando o fracasso da adoção.

Esse processo implica a comunicação familiar e social, pois a criança, adotada ou não, faz parte de um contexto familiar, social e cultural. A família não é uma nômade isolada, ao contrário, está enraizada em uma história coletiva compartilhando mitos e processos complexos de heranças materiais e imateriais (PRIEUR, 1999). Outro autor que defende essa questão é Schettini (2009), o qual salienta que quanto mais amplo for o reconhecimento da interação da criança adotada na família, mais segura ela se sentirá em face do sentimento de abandono que traz dentro de si. Assim o apoio dos familiares e dos amigos foi considerado um fator decisivo para o sucesso da adoção. Culturalmente, os “laços de sangue” têm um grande valor simbólico.

A seguir são explicitados a metodologia e os procedimentos para a coleta de dados junto às quatro famílias participantes.

### **Metodologia, procedimentos e instrumentos de pesquisa**

Com o objetivo de compreender o processo de vinculação adotiva dentro da dinâmica familiar, a partir da percepção de quatro famílias<sup>3</sup> adotantes e seus respectivos filhos adotados, buscou-se o conjunto de significados e de ressignificação da adoção como encontros e desencontros.

Para realização dessa pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa de González-Rey (2005), a partir de entrevistas semiestruturadas com as famílias e respectivos filhos adotivos, residentes no Distrito Federal. Para a expressão simbólica dos significados também foram utilizados desenhos das famílias por parte dos adotados. Foram realizados contatos com as famílias adotantes e respectivos filhos adotados. Ressalta-se que em um dos casos de devolução o contato foi realizado com a criança no Serviço de Acolhimento e o outro diretamente com adolescente que havia sido reintegrada à família biológica. Todos os entrevistados foram convidados e consultados sobre a possibilidade em participarem da pesquisa. Após concordarem assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, em conformidade com as disposições éticas. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Brasília, sob o número 244/2010.

As entrevistas foram realizadas no período de janeiro a fevereiro de 2011. Entrevistas e desenhos possibilitaram identificar quatro zonas de sentido, que indicaram as formas de vinculação sócio afetiva dessas famílias, sendo: a desvelação da família de origem da criança adotada por parte da família adotiva, a desconstrução do imaginário do filho ideal em conjunto com a realidade vivenciada no processo de adoção, a questão da preparação e da orientação da(s) criança(s) e do(s) requerente(s) para adoção e o vínculo familiar estendido. Foram zonas de sentido organizadas a partir das falas coletadas, e articuladas a questões analíticas que se interagiram com a teoria sobre o tema proposto de adoção, durante toda a elaboração desse trabalho.

---

<sup>3</sup>Para melhor visualização dos casos estudados ver ANEXO I - Perfil dos casos estudados Moraes, 2011

Para legenda das entrevistas, identificamos com a letra D a família que devolveu a criança e com AP aquela que teve a adoção mantida.

## **Resultados da Pesquisa**

As quatro zonas de sentido identificadas nesse estudo nos revelam que o processo de filiação na adoção é de fato, complexo, envolvendo uma multiplicidade de relações e vinculações afetivas que estão inter-relacionadas no processo de interrupção da linhagem e a construção de uma “outra história” num contexto do desconhecido e de aceitação das diferenças.

Schettini (2009) considera que uma forma de entendermos a singularidade do processo de adoção, encontra-se nas armadilhas do amor, que acabam por aprisionar as pessoas, em suas próprias histórias: “há quem aprisione o filho para forjá-lo segundo seus desejos pessoais” (SCHETTINI, 2009, p. 78). Isso pode gerar insegurança e conflitos durante a vinculação adotiva.

Nesta pesquisa observamos que quando as incertezas tanto dos pais adotivos como das crianças adotadas, não foram respondidas em âmbito institucional: família, serviço de acolhimento e judiciário, ocorreu a devolução. Essa argumentação está presente na fala da adolescente entrevistada da F2 [D] “ela sempre foi uma boa pessoa, uma boa mãe, mas era muito difícil dela me compreender e eu compreender ela”. No entanto, em todos os quatro casos estudados houve ambiguidade de sentimentos por parte dos pais adotivos durante o processo de filiação. É sabido que essa ambivalência nos sentimentos experimentados na relação afetiva, seja ela adotiva ou não, é esperada. Todavia, observou-se que ela se tornou “problemática” quando sua forte intensidade passou a ser um modo de funcionamento, o que gerou intensificação de conflitos que comprometeram a qualidade do vínculo, trazendo maiores dificuldades para a criança, principalmente ao se ver incluída no imaginário parental como filha(o).

Essas ambiguidades apresentaram-se mais aguçadamente na primeira fase de adaptação, que determinamos aqui como os dois primeiros anos de convivência, exceto nas F[1][D] e F[2][D], onde essa fase se estendeu durante toda a convivência familiar. A hipótese é de que nessas duas famílias não se conseguiu transpor as dificuldades de adaptação, o que dentre outras dimensões, influenciou na devolução dessas duas

crianças. No entanto, observa-se que as F3 e F4[AP] conseguiram desenvolver uma vinculação de filiação mais consistente.

Identificou-se como aporte dessa vinculação de filiação adotiva: o entendimento dos adotantes sobre suas motivações; o apoio institucional e familiar recebido; a compreensão e o diálogo com o filho adotivo sobre sua história de origem e a desconstrução do sublime sobre a família idealizada e o filho idealizado, vivenciado por ambas as partes.

### **Apoio Institucional e familiar**

Os resultados dessa pesquisa mostraram que o apoio familiar e dos amigos se tornou fundamental para superação dos conflitos, sendo que tal interação aconteceu gradativamente, à medida que esses membros processaram o encontro real com a criança idealizada. Para as famílias que “devolveram as crianças”, observou-se que não houve aceitação do filho adotivo pela família extensa.

É notório salientar a importância que as famílias extensas tiveram no processo de adaptação dessas crianças adotadas. Nos casos em que a criança permaneceu com a família adotiva a filiação não se restringiu somente aos pais, mas se estendeu aos avós, primos, tios e amigos que tiveram um papel fundamental no processo evolutivo de introjeção dos hábitos, costumes, tradições e na transposição dos vínculos de filiação dessas crianças a sua nova família.

Dentro desse contexto observou-se que uma dificuldade encontrada pela mãe adotiva da F[1][D] foi a falta de clareza em aceitar a importância da família extensa, que sempre discriminou a criança. Nesse caso, a família extensa não compartilhou do seu projeto pela adoção. Uma hipótese identificada neste caso foi a fragilidade com que foram construídos os vínculos de filiação nessa família. Observamos que a relação afetiva entre mãe e filha adotiva praticamente não existiu. Nos desenhos que a criança elaborou, o afeto apareceu de forma fragmentada.

Não muito distante dessa realidade observou-se que na F[2][D] a família extensa, incluindo os outros filhos adotivos, não participaram da adoção. Todavia, devido à rigidez da mãe adotiva, a família extensa não interferiu em sua devolução. Corrobora com essa hipótese a teoria de Minuchin (1982) quando o autor defende que famílias muito rígidas buscam a todo preço manter um *status quo* inatingível, pois

vivem com muita dificuldade os períodos que exigem mudança e maturação. Para ele “[...] às famílias organizadas rigidamente muitas vezes se apresentam como não precisando ou não querendo qualquer mudança na família. Os padrões transacionais preferidos são mantidos inflexivelmente” (MINUCHIN, 1982, p. 219). Essa dinâmica estava perceptível na fala da mãe adotiva de F[2][D]. Por outro lado, observou-se que os vínculos internos e externos, desenvolvidos pela adolescente com essa família foi um dos fatores que a ajudaram a superar as dificuldades da devolução.

Já nas F[3][AP] e F[4][AP], identificamos um apoio positivo das famílias extensas, principalmente no segundo caso, em que a família da mãe adotiva e de sua companheira adotaram de forma plena a criança. Essa afirmação foi comprovada pelo segundo desenho da criança, a qual representou graficamente toda a família, inclusive aqueles que não moravam em sua residência. Nesse caso, a criança demonstrou estar integrada a nova concepção de família homoafetiva. Nessas duas famílias havia diálogo entre os requerentes e os membros internos e externos da família e eles puderam participar ativamente do desejo pela adoção.

### **Revelação da história de origem das crianças adotáveis**

Os desenhos das crianças adotivas nesse estudo indicaram que a transposição do vínculo de filiação da criança adotada estava diretamente ligada à revelação sobre sua origem e à disponibilidade afetiva da família adotante em acolher as suas dúvidas e suas incertezas. Esse processo se tornou menos doloroso quando os requerentes compreenderam as limitações e as singularidades da história de vida dessas crianças.

Observou-se também pela expressividade do desenho da criança da F[4] [AP], que a transposição do vínculo de filiação não se deu em sua inteireza, ainda requer um olhar cuidadoso da família adotiva, pois, mesmo com quatro anos de convivência nessa família adotiva, a criança demonstrou ter um desejo em “reaver” sua família de origem.

Tal questão merece um olhar cuidadoso dos profissionais que lidam com o tema de adoção, pois tal questão é imprescindível para a transposição do vínculo de filiação adotiva. Todas as famílias dessa pesquisa demonstraram dificuldades em lidar com as histórias das famílias de origem dos seus filhos adotados. Nas F[1][D] e F[2][D] as famílias biológicas foram caracterizadas como “complicada” e “usurpadora”, respectivamente. Já na F[3][AP] percebeu-se a dificuldade dos pais adotivos em

fornecerem informações ao filho, mesmo considerando que a família biológica o abandonou e o rejeitou. Por outro lado, na F[4][AP] todas as dúvidas em relação a família biológica foram respondidas dentro da limitação de informações que a mãe adotiva teve junto ao serviço de acolhimento e judiciário.

Para a F[1][D], a origem biológica não é mantida como segredo. Em entrevista, a criança demonstrou ter conhecimento dos motivos que levaram à sua adoção, verbalizando sua dor em relação à sua origem e falou sobre as características agressoras, violentas e omissas da família biológica. Todavia, a falta de elaboração desses “abandonos e rejeições” trouxeram para a criança dificuldade de relacionamento e aceitação da figura de autoridade com a mãe adotiva. Nesse processo de vinculação com a filha, a mesma demonstrou, a partir dos desenhos, ter afeto por essa família adotiva, porém com vínculos fragilizados. Já no caso da F[2][D], a adolescente em momento algum de sua entrevista menciona ter tido acesso anterior a sua família biológica. O contato direto com essa família biológica aconteceu depois que a adolescente foi acolhida no Abrigo, após completar dezoito anos.

### **A desconstrução da família idealizada e do filho ideal**

Em todas as famílias pesquisadas, tanto para os pais como para os filhos adotivos, encontramos ambiguidade no processo de filiação. Observou-se que essa ambiguidade tornou-se “problemática” quando sua forte intensidade passou a ser um modo de funcionamento, o que gerou intensificação de conflitos que comprometeram a qualidade do vínculo e trouxe maiores dificuldades para as crianças, principalmente ao se verem incluída no imaginário parental como filhos.

Vimos que nas F[1][D] e F[2][D] o projeto de adoção surgiu do desejo de “*ajuda ao próximo*”, o que para nós apareceu como forte indicativo para devolução das crianças, porém não único, fatores como a não aceitação da família extensa e a falta de preparação dessas famílias também contribuíram para a “devolução”. Já na F[3][AP], além do desejo de *ajuda ao próximo*, o *desejo de exercer a paternidade e a maternidade* também estava presente na busca pelo filho adotivo. Encontramos na F[4][AP] um desejo materno mais elaborado.

Levinzon (2004) defende que quanto mais os pais estiverem conscientes de que podem haver diferenças na criança que esperam, e que a adoção apresenta desafios que lhe são inerentes, mais estarão preparados para conviver com a criança de acordo com a

sua especificidade. Defende ainda que os sentimentos e expectativas dos pais têm influência determinante na formação da personalidade dessas crianças.

### **A preparação da(s) criança(s) e do(s) requerente(s) para adoção**

A F[1][D] buscou aconselhamento no Conselho Tutelar sobre as desavenças com a filha, em uma tentativa frustrada em repreendê-la dos seus atos “inadequados”. Na escola procurou nos professores e colegas da criança, comprovar suas invenções fantasiosas, com isso buscava aliado, que comprovassem que a filha não era “normal”. Na saúde buscou acompanhamento psiquiátrico, uma vez que já tinha internalizado que a criança apresentava algum transtorno mental. E no Judiciário buscou encaminhamentos para saúde, especificamente tratamento psiquiátrico e psicoterápico. Argumentou não ter encontrado nenhuma ajuda, por isso a devolução.

Vimos que a F[1][D] teve dificuldade em expressar em todas as instâncias que procurou ajuda, sua real necessidade em lidar com a filha. Todos os encaminhamentos e orientações recebidos soaram para a mãe como equivocados. Essa certeza que a mesma traz para expressar a falta de apoio afirma nossa hipótese de que essa vinculação entre mãe e filha foi construída em uma base frágil e ausente de afeto, permeada pela falta de diálogo, principalmente.

Por outro lado, a F[2][D] disse ter recebido orientações do Judiciário para devolver a filha devido os “problemas” causados por ela. Porém, disse ter buscado nessa devolução uma alternativa para que a filha fosse encaminhada para uma clínica de desintoxicação. Todavia, a mãe não disse ter procurado ajuda na saúde, antes da devolução. Outra contradição da fala dessa mãe é que ela mantém financeiramente um filho adotivo dependente químico fora de sua residência, que inclusive tem dezessete anos. Por que pedir o acolhimento institucional de um e do outro não? Tal reflexão nos permitiu entender que para alguns filhos a filiação adotiva acontece naturalmente, enquanto que para outros, o processo de vinculação é mais demorado e difícil.

Em contrapartida, faltou a essa filha orientação sobre seus direitos. Ela foi encaminhada para o serviço de acolhimento e depois passou por uma clínica de desintoxicação. Após completar dezoito anos, foi encaminhada para o mercado de trabalho e não recebeu nenhuma orientação da Justiça ou outro serviço de defesa da criança e do adolescente sobre seus direitos adquiridos após conviver quinze anos com

uma família adotiva. Entende-se que mesmo que o processo legal não tenha sido concluído, a mesma poderia ter recebido apoio financeiro da família adotiva, após devolução, já que o apoio afetivo não foi possível.

Já a F[3][AP] verbalizou ter recebido uma orientação positiva do Setor de Adoção da VIJ do Distrito Federal, no momento em que os procurou para devolver o filho. A família se mostrou muito agradecida pela orientação, porém mencionou que deveria ter mais atendimentos para os pais, antes, durante e após o processo de adoção. Mencionaram não saber lidar com a questão da homossexualidade da família da criança adotada pela F[4], a qual é irmã biológica da criança adotada pela F[3].

Por fim, a F[4][AP] pareceu bastante estruturada para adoção, devido o vínculo externo desenvolvido em seu processo psicoterápico. Disse não ter recebido orientação da VIJ, recriminou a burocracia e a discriminação sofrida devido sua opção sexual.

Outra característica importante fez referência à preparação em relação à família extensa. Tanto na F[1][D] como na F[2][D], as famílias extensas não foram consultadas nem informadas sobre o desejo da adoção. Enquanto, que nas F[3][AP] e F[4][AP] as famílias extensas deram suporte afetivo antes, durante e após o encerramento do processo de adoção.

Importante ressaltar que as F[1][D] e F[2][D] não estavam habilitadas na VIJ, tendo assim está adoção caráter *intuitus personae*<sup>4</sup>, enquanto que as F[3][AP] e F[4][AP], passaram por todos os trâmites legais da adoção.

Importante ressaltar que todas as adoções citadas acima aconteceram antes da aprovação da Lei 12.010/09, o que viabilizou a adoção *intuitus personae* nos dois primeiros casos. Os vínculos externos com a equipe psicossocial da VIJ para as famílias: F[1][D] e F[2][D] e F[4][AP] foram negativos e para a F[3][AP] perpassou entre o positivo e o negativo, uma vez que esses operadores do direito orientaram sobre

---

<sup>4</sup> Adoção *Intuitus Personae*, também conhecida como “adoção pronta” e “adoção direta” é aquela onde a criança é entregue por sua família natural diretamente para os interessados em adotá-la e estes, por sua vez, se dirigem a uma vara da infância para efetuar a adoção. Sobre o tema houve alterações significativas a partir da aprovação da Lei 12.010/09, que acrescenta o seguinte: “somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral; II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade [...]”. Assim sendo não há mais possibilidade de ser postulada este tipo de adoção, por consentimento dos pais, pleiteado por pessoa não cadastrada que exerça a guarda de fato da criança, tampouco pelo guardião legal que alegue vínculos afetivos com criança menor de três anos, sem antes comprová-los.

a permanência da criança na F[3][AP], durante a primeira fase de adaptação, momento em que esta passou por uma perda dolorosa e teve dificuldades com a chegada do adotado, porém a mesma VIJ não ensejou esforços suficientes na orientação a essa família sobre a vinculação e manutenção do vínculo dos irmãos adotados em separado, deixando a cargo das famílias F[3][AP] e F[4][AP] decidirem sobre a manutenção desses contatos. Faltou segurança à F[3][AP], a qual inclusive fantasiou a possibilidade de perder afetivamente o filho para F[4][AP], algo que merecia atenção da equipe psicossocial da Justiça.

As F[1][D] e F[2][D] buscaram no serviço de acolhimento uma alternativa para se livrar do “problema” e conflitos causados pelas crianças. Por outro lado, as F[3][AP] e F[4][AP] viram o serviço de acolhimento incapazes de proporcionar afeto e sustentar cuidados essenciais para o bom desenvolvimento dos filhos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, o processo de adoção é complexo, dinâmico, histórico e contextualizado familiar, social e culturalmente. As famílias adotivas e as famílias de origem têm suas histórias familiares. A pesquisa mostrou que as zonas de sentido abordadas são articuladas no processo de adoção com a preparação para a adoção, o desejo de adotar, a relação entre a criança imaginada e a criança real, a comunicação consistente da adoção na família extensa e na sociedade envolvente, o desvelamento do silêncio ou do segredo e a institucionalização do vínculo. Todas essas dimensões precisam estar articuladas para que o vínculo de adoção se fortaleça. É um vínculo que se fortalece à medida que haja um processo de articulação dos mesmos, podendo também fragilizar-se (FALEIROS, 2011).

Uma das contribuições deste estudo, no âmbito do Judiciário, é de que a expressão das relações que levaram à “devolução” da criança adotiva auxilie psicólogos e assistentes sociais a pensarem estratégias de preparação das famílias e de atendimento à família adotiva. Em situação de devolução aceita no âmbito judicial, exemplo das F[1][D] e F[2][D], é importante implementar um apoio profissional especializado que reduza os danos da repetição de suas histórias de abandono, logo após serem encaminhadas para os serviços de acolhimento ou anterior a nova inserção em família adotiva. Por outro lado, no âmbito do serviço de acolhimento, espera-se que os Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 13, n. 1 (17) p. 29-46 jan./jun. 2014 ISSN 1676-6806

responsáveis técnicos pelas crianças estejam atentos aos sentimentos e desejos que perpassam o imaginário dessas crianças ou adolescentes. Os técnicos responsáveis pelo acompanhamento do processo ocupam um lugar privilegiado nesses estudos e nessa preparação, tanto para as crianças cadastradas para adoção, quanto para as famílias. Sobretudo, quando provocam aos requerentes uma reflexão aprofundada sobre seu desejo de adotar, desmistificando assim os preconceitos, mitos sobre laços de sangue e futuros segredos (LEVY, 2009; LÉVY-SOUSSAN, 2010).

Em síntese, concluímos que a adoção pode oferecer às crianças um lar e uma família estável, e aos pais a oportunidade de realizar o seu papel parental. No entanto, quando examinamos o universo da adoção, não podemos deixar de considerar que ela envolve conflitos, sofrimentos e desafios que podem ser melhores enfrentadas se, tanto os requerentes quanto as crianças que estão para adoção, forem melhores preparados para essa empreitada. O fortalecimento da vinculação, seja ela adotiva ou biológica, implica a construção do pertencimento da criança em uma história familiar, da qual ela necessariamente precisa sentir-se parte integrante. Todavia, anterior a essa relação de pais e filhos, é imprescindível que os pais avaliem as expectativas que estão depositando sobre os filhos, considerando as limitações das diferenças de idade, o lugar na família, os conflitos e fronteiras.

Não cabe nesse estudo esgotar a discussão do conceito de vínculo. Sua complexidade requer um estudo mais aprofundado do que foi proposto aqui, nossa tentativa foi buscar evidenciá-lo pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos sujeitos entrevistados.

### **Referências Bibliográficas**

FALEIROS, V. P.; BRITO, D. O. Representações da violência intrafamiliar por idosas e idosos. **Ser Social** (UnB), v. 21, p. 105-142, 2008.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FONSECA, C. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, 2006, p. 26.

FONSECA, C. Direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. **Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2010, p. 493-526.

- GHIRARDI, M. L. A. M. A. **Devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica**: reedição de história de abandono. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2008.
- GONZALEZ-REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.
- GUEIROS, D. A. **Adoção consentida**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.
- LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Terra dos homens: Rio de Janeiro, 2002.
- LEVINZON, G. K. **Adoção**: Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LEVY, L. Adoção Internacional: Filiação e processo de luto. In: FÉRES-CARNEIRO, T. **Casal e família**: permanência e rupturas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p. 59-70.
- LÉVY-SOUSSAN, P. Adoção Internacional: Especificidades e riscos psíquicos. In: TRINDADE-SALAVERT (Org). **Os novos desafios da adoção**: interações psíquicas, familiares e sociais. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010, p. 123-136.
- MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. **A adoção no Brasil**: algumas reflexões. Estudos e Pesquisas em Psicologia: Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010, p. 356-372.
- MORAES, P. J. F. S. **Ressignificando o processo de adoção**: encontros e desencontros. Dissertação de Mestrado. Sistemas Conjugais e Familiares. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.
- MINUCHIN, S. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre: Artes médicas, 1982.
- PICHOÓN-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. Trad. Eliane Toscano Zamikhowsky. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRIEUR (Org). **Les héritages familiaux**. Paris: ESF, 1999.
- SARACENO, C. ; NALDINI, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 2003.
- SCHETTINI, S. S. M.; AMAZONAS, M. C. L. A. e DIAS, C. M. de S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Revista Psicologia em Estudos**, Maringá, v. 11, n. 2, 2006, p. 285-293.
- SCHETTINI, F. L. **Pedagogia da adoção**: criando e educando filhos adotivos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VICENTE, C. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: UNICEF *et al.* **Família Brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez, 2000, p. 47-59.

WEBER, L. N. D. **Pais e filhos por adoção no Brasil**: características, expectativas e sentimentos. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2003.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**ANEXO I - Perfil dos casos estudados (MORAES, 2011).**

<i>Casos</i>	<i>Requerente</i>	<i>Legalidade para adoção</i>	<i>Idade atual da criança e da adolescente</i>	<i>Permanência no Serviço de Acolhimento antes da adoção</i>	<i>Irmãos que permaneceram com a família biológica</i>	<i>Tempo com a família adotiva</i>	<i>Situação do processo de adoção</i>	<i>Situação atual da criança e da adolescente</i>
F1 [D]	Mulher solteira	Não habilitada. A requerente apadrinhava a criança	11 anos	Nenhuma Passou por três outras famílias de forma não legalizada	2	5 anos	Concluso	Devolvida na VIJ-DF, morando no Serviço de Acolhimento
F2 [D]	Mulher separada	Não habilitada	18 anos	Nenhuma	5	15 anos	Não Concluso	Completo 18 anos. Trabalha como atendente e mora com os pais biológicos e 4 irmãs.
F3 [AP]	Casal Heterossexual	Habilitada	10 anos	5 anos	2	5 anos	Concluso	Permanece com a família adotiva
F4 [AP]	Casal Homo afetivo	Habilitada uma das companheiras	11 anos	7 anos	2	4 anos	Concluso	Permanece com a família adotiva

